



## MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ



### ASSESSORIA JURÍDICA PARECER N.º 005/2019

**REQUERIMENTO DE PARECER JURÍDICO,  
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ORIGINÁRIO DE OUTRA UNIDADE DA  
FEDERAÇÃO. POSSIBILIDADE. DECRETO  
MUNICIPAL 4.271/18 DE MAIO DE 2018.**

O Sr. Secretário da Administração encaminhou a essa Assessoria os Autos do Processo nº 008-2019, indagando sobre a possibilidade de o Município de Ibirubá aderir à Ata de Registro de Preços nº 002/2018, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 10/2017/FNDE/MEC, para fins de aquisição de mobiliários escolar, com recursos provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em acordo com o Termo de Compromisso PAR, firmado entre o Município e o Ministério da Educação, sob o nº 201802928-6.

O valor de aquisição é de R\$ 12.980,00 (doze mil novecentos e oitenta reais); e o fornecedor, a empresa ERGO-MOBILI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 97.466.593/0001-18. Saliente-se que a entrega ficará a cargo da empresa consorciada MOVESCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS ESCOLARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 93.234.789/0001-26, regularmente credenciada na Ata de Registro de Preços nº 2/2018 do FNDE.

Vieram aos Autos a documentação pertinente ao caso, obedecendo as determinações do Sistema de Licitações e Contratos (LicitaCon) do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, entre eles a pesquisa de mercado demonstrando a vantagem econômica para o Município em aderir à Ata.





## MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ



De posse das informações, esta Assessoria passa a opinar sobre o assunto.

O Sistema de Registro de Preços (SRP) é procedimento destinado a atender a situações nas quais a Administração Pública revele necessidade contínua em relação a determinados bens ou serviços a serem adquiridos em contratação realizada a posteriori.

Previsto no Art. 15 da Lei nº 8.666, o SRP foi regulamentado no âmbito da Administração Federal por meio do Decreto nº 7.892/2013, sendo que este consiste no conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras.

Por sua vez, o Município de Ibirubá, por meio do Decreto nº 4.271/2018 também regulamentou os procedimentos para a realização de Licitações pelo SRP, e a possibilidade da adesão dos órgãos municipais à Atas de SRP de outras entes da Federação.

Em seus Arts. 15 e 16 foram definidos os parâmetros para o procedimento, conforme colaciona-se a seguir:

**Art. 15 - Os órgãos do Município poderão utilizar-se de Ata de Registro de preços que não pertença a órgão da Administração Pública Municipal.**

**Art. 16 - A adesão dos órgãos e das entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta à Ata de Registro de Preços gerenciada por outro órgão ou entidade de qualquer ente da federação, dependerá do cumprimento dos seguintes requisitos:**

I - o órgão ou a entidade requisitante deverá apresentar à Comissão Permanente de Licitações:

- a) a cópia do Edital e da Ata de Registro de Preços;
- b) a descrição do objeto e o respectivo valor registrado;
- c) a justificativa para a pretendida adesão, demonstrada a compatibilidade do objeto com as necessidades do órgão ou da entidade requisitante, a suficiência das quantidades e a qualidade do bem e dos serviços, facultada a juntada de informações do órgão gerenciador sobre o desempenho do objeto registrado;
- d) a vigência da Ata de Registro de Preços, por meio da respectiva publicação em veículo oficial, com o prazo mínimo de 30 (trinta) dias de





## MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ



validade, a partir do protocolo junto à Comissão Permanente de Licitações;

e) a possibilidade de adesão prevista no edital ou na Ata de Registro de Preços;

f) concordância do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços;

g) a vantajosidade da contratação, incluindo a comprovação de compatibilidade com os preços praticados no mercado.

II - A Comissão Permanente de Licitação, em conjunto com o Departamento Jurídico, deverá validar a vantajosidade da adesão por meio:

a) da adequação do preço constante na Ata de Registro de Preços a ser aderida com o valor de mercado;

b) da impossibilidade do atendimento por intermédio de Ata de Registro de Preços vigente na Administração Pública Municipal; e

c) da análise de outras condições, que se fizerem necessárias, inerentes ao objeto, quando couber.

III – Homologação pela autoridade competente.

Parágrafo único. Competirá à Comissão Permanente de Licitações encaminhareм ao Prefeito Municipal o processo administrativo para homologação da adesão, após a validação da vantajosidade.

(Grifamos)

No caso em tela, tem-se que foram preenchidos os requisitos determinados pelo Decreto nº 4.271/2018.

Na esteira da Legislação citada e com base na documentação que acompanha os Autos do Processo, **esta Assessoria entende por viável a adesão à Ata de Registro de Preços apresentada**, uma vez que o valor apresentado se mostra mais vantajoso para a Administração Municipal considerando os Orçamentos apresentados pelo mercado; não há Ata de Registro de Preços em vigor para o objeto pretendido; e há recursos disponíveis para a adesão à Ata, considerando a consulta e reserva de dotação orçamentária constante dos Autos.

S.M.J., é o parecer que encaminhamos para consideração superior.

Ibirubá-RS, em 10 de janeiro de 2018.

  
Edna Felipe W. Guterres  
Assessor Jurídico  
OAB-RS nº 86.826

CENTRO ADMINISTRATIVO OLAVO STEFANELLO

Rua Tiradentes, 700 - Ibirubá/RS - CEP 98.200-000 Fone 0XX.54.3324-8500 FAX 0XX.54.3324-8505 Site: www.ibiruba.rs.gov.br  
CNPJ 87.564.381/0001-10 E-mail: geral@ibiruba.rs.gov.br

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"